

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO DA NOVA ALINHADO COM O OBJETIVO DA NEUTRALIDADE CARBÓNICA EM 2040

26.junho.2025

1. PORQUÊ A NOVA NET-ZERO?

O último relatório da Organização Meteorológica Mundial (WMO, 2025)¹ mostra que a temperatura média global, em 2024, foi de $1,55^{\circ}\text{C} \pm 0,13^{\circ}\text{C}^2$ acima da média de 1850–1900, período que representa as condições antes da revolução industrial. O ano de 2024 foi o ano mais quente registado por observação do período de 175 anos, superando claramente o ano mais quente anterior, 2023. Cada um dos últimos dez anos no período 2015–2024 foram, individualmente, os dez anos mais quentes registados. Indica também que, em 2024, o teor de calor dos oceanos atingiu o nível mais elevado na série de observações dos últimos 65 anos, ultrapassando o recorde anterior em 2023, reconfirmando-se como causa primeira da expansão térmica dos oceanos e da subida do nível médio das águas do mar. Estas duas condições governam o (des)equilíbrio dos sistemas naturais (suporte da produção de alimentos, disponibilidade de água, entre outros) e sociais (saúde pública, danos e perdas económicas devido a extremos climáticos, como ondas de calor, mega incêndios e inundações intensas muito rápidas).

O relatório do Estado do Clima na Europa em 2024³ revela factos preocupantes. Desde a década de 1980 que a Europa tem vindo a aquecer duas vezes mais rapidamente do que a média global, tornando-se o continente com o aquecimento mais rápido da Terra. As ondas de calor estão a tornar-se mais frequentes e severas, e o sul da Europa tem enfrentado secas generalizadas. Os glaciares em todas as regiões europeias continuam a derreter. Foram observadas alterações no padrão de precipitação, incluindo um aumento na intensidade dos eventos mais extremos. Isto poderá levar ao aumento das inundações e provavelmente contribuiu para alguns dos eventos mais catastróficos observados em 2024.

Serve esta introdução para dizer que, muito embora o tema da alteração do sistema climático e os seus impactos já evidentes, tenha deixado de estar tão visível na agenda pública e política (sobretudo devido a temas geopolíticos prementes), em termos práticos continua a agravar-se. O relatório anual do *World Economic Forum*⁴, sobre riscos globais, publicado anualmente para a cimeira de Davos, continua a revelar que os líderes mundiais (i.e. políticos, CEO de multinacionais) colocam os eventos climáticos/meteorológicos extremos no topo dos seus receios quer a curto (2 anos), quer a médio prazo (10 anos). As organizações atentas continuam a investir na transição climática como estratégia de prevenção de danos, sejam económicos, físicos, de *compliance* e de reputação.

As Universidades têm um papel fundamental para a necessária transformação rumo a uma economia com emissões líquidas nulas, sejam pela I&D que desenvolvem em todos os domínios científicos, seja pela posição única de confiança que têm na comunidade e, ao darem o exemplo, podem ampliar a mudança necessária para um clima seguro. Por isso, muitas universidades em todos os continentes têm adotado objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica, e os respetivos planos e estratégias de investimento.

A Universidade NOVA deve acompanhar este movimento das suas congéneres, desde logo como estratégia de prevenção de perdas e danos, nomeadamente do potencial risco de regulação, como estratégia com impacto económico líquido positivo quando considera o ciclo completo do investimento. Não menos importante, por razões morais de salvaguarda do Planeta para as gerações futuras, afinal o seu público.

¹ https://library.wmo.int/viewer/69455/download?file=WMO-1368-2024_en.pdf&type=pdf&navigator=1

² A título de curiosidade, um único ano com uma temperatura média global anual superior a $1,5^{\circ}\text{C}$ acima da média de 1850-1900 não indica que tenhamos ultrapassado o objetivo do Acordo de Paris. Segundo o IPCC, para este propósito, o limiar de $1,5^{\circ}\text{C}$ de aquecimento será confirmado quando a temperatura observada atingir ou ultrapassar este valor ao longo de um período de 20 anos, 10 anos após o ano de excedência. Ou seja, haverá (haveria) um atraso de 10 anos no reconhecimento de que a meta de temperatura a longo prazo tenha sido ultrapassada.

³ <https://climate.copernicus.eu/esotc/2024>

⁴ <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/in-full/>

3. COMO E QUANDO SE EVOLUI PARA A META NOVA NET-ZERO?

Curto-prazo (2030)

De acordo com os dados apurados (ver Anexo), e tendo em atenção as metas de curto-prazo (2030), podemos sistematizar o seguinte:

- a) Meta relativa a emissões de âmbito 1: mesmo no cenário de referência, isto é, com as considerações obtidas dos vários intervenientes nos projetos de construção e reabilitação em curso, a NOVA atinge uma redução de emissões de 59% em 2030 face a 2023 e, portanto, alinhada com a meta.
- b) Meta relativa a emissões de âmbito 2: no cenário de referência, a redução esperada para as emissões que decorrem da eletricidade adquirida à rede pela NOVA é de 83% face a 2023, e com medidas adicionais a redução esperada é de 87%. Neste caso, não se atinge a meta preconizada pela SBTi que é de zero-emissões. Refira-se que a NOVA SBE e NOVA IMS serão as UO com eletricidade zero-emissões.
- c) Meta relativa a emissões de âmbito 3: na ausência de metas concretas de redução, a atenção deve ser dada a ações específicas e relevantes com impacto na redução das emissões.

Assim, recomenda-se uma análise dedicada ao tema da eletricidade adquirida à rede através da constituição de uma *task force*, constituída com representantes de várias UO e da Reitoria, com os seguintes objetivos:

- i) detalhar o potencial dos vários campi para projetos de produção própria de eletricidade, solar PV reconhecidamente custo-eficaz (i.e. com payback médio de 4 anos), bem como o potencial técnico-económico de solução que incluam armazenagem;
- ii) explorar modelos de financiamento (e.g. crowdlending com os alumni, outros no mercado) dos projetos solar PV com vantagens económicas comprovadas para a NOVA;
- iii) avaliar modelos de aquisição de eletricidade à rede, alternativos ao atual, com maiores benefícios económicos para a NOVA;
- iv) explorar, no âmbito de processos de aquisição de compras públicas ecológicas (estratégia do governo ECO 360, em vigor desde novembro de 2024), a inclusão de um critério relativo à eletricidade zero-emissões;
- v) avaliar, no quadro da contratação pública e da sua qualidade de Fundação, a viabilidade de concretizar parcerias plurianuais com comercializadores de eletricidade que tenham a disponibilidade para fornecer eletricidade zero-emissões, com impacto económico positivo para a NOVA.

Recomenda-se ainda a prossecução das iniciativas em curso sobre as atividades decorrentes dos fornecedores da NOVA (emissões âmbito 3), nomeadamente:

- i) C1 e C2. Aquisição de bens e serviços, e de bens de capital. Publicação até dezembro 2025 e consequente adoção pelas UO dos critérios de compras ecológicas a incluir nos processos de aquisição dos seguintes itens: Alimentação - géneros para confeccionar e concessão de cantinas; Equipamentos informáticos; AVAC, equipamentos de aquecimento e arrefecimento; Produtos e serviços de limpeza (produtos e utensílios de limpeza, e descartáveis); Mobiliário para residências e escritório.
- ii) C6. Deslocações em serviço do pessoal, com enfoque nas deslocações por via aérea. Análise de benchmarking de outras universidades sobre opções e políticas de deslocação em serviço, tendo em atenção as condições particulares da localização de Portugal no espaço europeu. Adoção de uma política de mobilidade em serviço.
- iii) C7. Mobilidade pendular dos estudantes e pessoal. Investir em informação de qualidade para caracterizar o padrão de mobilidade pendular, e explorar a oportunidade de soluções com operadores relevantes nos eixos de maior procura. Identificar opções que se revelem custo-eficazes para a NOVA, incluindo o bem-estar dos seus estudantes e pessoal.

Adicionalmente, e conhecendo as múltiplas iniciativas das UO em matéria de sustentabilidade, muitas das quais com impacto direto na redução das emissões (e.g. certificação dos *net labs*; eventos sustentáveis;

eficiência hídrica), deve ser feito o seu acompanhamento próximo para poder escalar para toda a NOVA, sempre que adequado.

Longo-prazo (2040)

Tal como recomendado pela SBTi, o esforço deve estar focado nas ações e iniciativas para atingir as metas no curto-prazo. Assim, recomenda-se a revisão do Roteiro em 2028/29, com vista à avaliação do impacto das ações aqui recomendadas, e perspetivar a evolução para 2035.

CONCLUSÃO

A Universidade NOVA de Lisboa reconhece a sua responsabilidade e o seu papel fundamental na mitigação das alterações climáticas nos domínios da I&D, ensino e práticas internas nos seus Campi.

A Universidade NOVA de Lisboa adota para orientação estratégica dos seus projetos de desenvolvimento o quadro de referência alinhado para o objetivo de neutralidade carbónica a longo-prazo, 2040.

A Universidade NOVA de Lisboa suporta as ações necessárias a levar a cabo, como apresentadas no ponto 3. (e outras que cada uma das UO venha a adotar) no curto-prazo, 2030.

A Universidade NOVA de Lisboa reconhece que a trajetória para o objetivo de neutralidade carbónica e de adaptação e resiliência às alterações climáticas deve pautar-se pela racionalidade económica, pelo envolvimento de toda a comunidade e pela comunicação transparente e adequada, em prol da sua reputação nacional e internacional.

Aprovado em Colégio de Diretores em 17 julho 2025